

ENTREVISTA: JORGE DUARTE PINHEIRO

Diretor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Direito Faculdade da Universidade de Lisboa está a terminar Centro de Arbitragem e Resolução de Litígios, onde serão oferecidos serviços à comunidade e dada formação aos estudantes. O problema, conta o diretor, são as regras que impedem a contratação pública de pessoal não docente

“Criámos um centro de arbitragem para preparar os alunos”

PEDRO SOUSA TAVARES

A Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (FDUL) está a construir um Centro de Arbitragem e Resolução de Litígios (CARL). Que infraestrutura será esta e que funções terá?

O centro está previsto nos estatutos da faculdade e, a par do Gabinete de Consultoria Jurídica [GCJ], é uma das suas novas unidades administrativas dedicadas à prestação de serviços à comunidade. Pretende-se, numa primeira fase, oferecer serviços na área da arbitragem e da mediação, sem prejuízo de vir a desenvolver outros meios de resolução de litígios. Queremos ocupar a área de intervenção intermédia existente entre a arbitragem que já é feita no sistema público e as grandes arbitragens internacionais.

Vão recorrer à própria universidade?

Numa primeira frase, vamos ceder instala-

ções quer a sistemas públicos de mediação quer a instituições privadas que pretendam fazer mediação. Mais tarde, e complementarmente à atividade de formação da FDUL, vamos desenvolver projetos de mediação com formandos ou com mediadores da própria faculdade.

Quando estarão concluídas as obras e qual é o seu orçamento?

Em termos de instalações, estão neste momento a decorrer obras no último piso da faculdade. As instalações foram projetadas especificamente para este efeito, contando com salas de audiências, salas de reuniões, duas salas de mediação e centro de documentação.

No mesmo piso estará instalado o Gabinete de Consultoria Jurídica, que já entrou em funcionamento, embora sem instalações próprias, e que presta serviços de consultoria jurídica remunerados. O investimento inicial é de cerca de 600 mil euros. O GCJ terá uma lista própria de árbitros, em que serão incluídos membros do corpo docente da FDUL, juristas que, não sendo docentes, tenham habilitações e conhecimento para o exercício destas funções bem como profissionais de outras áreas.

Os estudantes de Direito terão algum papel neste centro de arbitragem? Servirá também como espaço de formação, à semelhança – com diferenças, obviamente – dos hospitais universitários?

O CARL, sendo um centro de arbitragem numa faculdade de direito pública, vai ter uma ligação muito forte à investigação e à formação, tanto ao nível da licenciatura como de estudos pós-graduados, tendo em vista a preparação especializada de alunos para estas áreas de atuação.

De que forma serão envolvidos?

Esta presença será convocada a três níveis: o próprio funcionamento do CARL poderá contar com estudantes através de bolsas, integrados no centro, ou em arbitragens concretas; o CARL terá um espaço de investigação dedicado a esta área, onde os estudantes encontram condições vocacionadas para esta área; e existirá sempre articulação entre CARL e o funcionamento das disciplinas de 1.º e 2.º ciclos, de modo a interligar funcionamento das aulas e funcionamento do centro.

“
Todos os anos
temos largos
milhares de euros
de saldo positivo”



PERFIL

› Nasceu em Lisboa, em 1966
Licenciou-se (1989) e fez o mestrado (1995) e doutoramento (2013) na Universidade de Lisboa, onde é professor
› Foi eleito diretor da Faculdade de Direito da ULisboa em 2014
› É especialista em direito da família e das sucessões
› Além da direção da Faculdade de Direito e da atividade como jurista, Jorge Duarte Pinheiro é um entusiasta praticante de corrida. Começou a praticar “tardamente”, em 2003: “Estava a passear no Parque das Nações, vi pessoas a correr e decidi fazer o mesmo. Mas não consegui correr mais de 30 segundos”, conta. Hoje, já com “uma seis ou sete” maratonas no currículo, integra o grupo amador Run for Fun.

A faculdade tem-se queixado da falta de pessoal não docente. Como vão conseguir dar resposta a estes novos serviços?

Não existe neste momento um único funcionário para trabalhar no CARL ou no GCJ. Todos sabemos que existem constrangimentos à contratação no setor público em geral. A ironia, no caso da Faculdade de Direito, é que todos os anos temos largos milhares de euros de saldo positivo – que vai acumulando e que também não conseguimos utilizar para projetos centrais e urgentes. Fizemos um investimento significativo no CARL, é um projeto de interesse público e que, mesmo de uma perspetiva estritamente financeira, é vantajoso, porque vai permitir aumentar – e muito – as receitas da Faculdade. Ainda assim, não conseguimos abrir concursos. Mas havemos de encontrar solução para o problema, como sempre.

A FDUL será a maior escola de Direito do país. Quantos alunos,

professores e funcionários têm atualmente?

É inequívoco que a Faculdade de Direito é a maior escola de Direito do país. Temos cerca de 4000 alunos. Só no primeiro ano recebemos cerca de 600. E só a parte de mestrado e doutoramento tem perto de mil alunos e a procura no último ano cresceu 30%. A nossa faculdade tem cerca de 190 professores e assistentes – é a terceira escola da Universidade de Lisboa, a seguir ao Instituto Superior Técnico e à Faculdade de Ciências. Mas não chegamos a ter 60 funcionários no pessoal não docente. O problema está aí: temos o rácio funcionário/aluno mais baixo da universidade.

Como se chegou a esse nível?

Foi um produto de subinvestimento. Não se percebeu na altura certa. Houve uma maior preocupação de investir na parte letiva direta sem olhar para segunda linha, que é fundamental. Depois enfrentámos as restrições da contratação pública e da própria fusão [entre a Clássica e a Técnica], que, embora tenha permitido alguma mobilidade interna de funcionários, que nos beneficiou, não permitia o aumento do pessoal.

Ciclicamente, há quem acuse a FDUL de estar sobredimensionada noutra capitulação: as vagas de Direito. Faz sentido a crítica de que a oferta é excessiva face à realidade do mercado de trabalho?

Posso dizer, sem sobrançeria, que não competimos com nenhuma outra faculdade que existe em Portugal. Temos uma visão de internacionalização e queremos competir com faculdades de outros países, bem cotadas, e portanto olhamos sobretudo para as que estão no nosso espaço como possíveis parceiras. Um dos problemas que se têm apontado aos cursos de Direito é de serem demasiado focados e algumas das parcerias que teremos permitirão pensar noutras componentes, nomeadamente na área da Gestão. Mas olhando apenas para o curso de Direito, o que se verifica é que as taxas de empregabilidade não são desfavoráveis à Faculdade de Direito.

Ao nível da internacionalização, em que mercados estão a ter mais sucesso?

Cerca de um terço dos nossos mil alunos de mestrado e doutoramento são estrangeiros. O Brasil é muito importante. Temos um serviço dedicado apenas ao Brasil – o Instituto do Direito Brasileiro – e dezenas de protocolos, com instituições do ensino superior e com associações de magistrados brasileiros. Através do Instituto de Cooperação Jurídica – inicialmente vocacionado para África, e que tem tido uma dimensão muito importante em Angola e Moçambique –, estamos também a estender laços aos Estados Unidos e à Ásia: China, Coreia do Sul e Índia.